



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes e as normas estabelecidas em nosso Estatuto Social, submetemos à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Seguros SURA S/A, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas de parecer dos auditores externos (Ernst & Young Auditores Independentes).

A Seguros SURA, com mais de 70 anos de experiência, é um dos maiores grupos seguradores da América Latina, e uma subsidiária do Grupo SURA que possui investimentos em diversos setores. Atualmente, a seguradora está presente em nove países: Brasil, México, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile, Panamá, República Dominicana e El Salvador e conta com 13 mil funcionários e administra mais de 15 milhões de clientes.

No mercado brasileiro, a Seguros SURA atua com foco em seguros de Transportes, Frotas de Automóveis, seguros para Pequenas e Médias Empresas (com produtos de seguros para Pequenas Frotas, Patrimonial e Vida), Responsabilidade Civil e seguros de Afinidades. A seguradora possui mais de 300 funcionários distribuídos em escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas e Ribeirão Preto que atendem a todo território brasileiro. Além de soluções em seguros é reconhecida pela capacidade de inovar e oferecer gestão completa de tendências e riscos para os mercados em que atua.

Em alinhamento com a estratégia do Grupo SURA, no ano de 2017 houve uma alteração significativa na estrutura de negócio da seguradora passando a ter duas novas frentes: Soluções & Resseguro e Canais & Subscrição. A diretoria de Soluções e Resseguros, passou a ser responsável exclusivamente pela gestão, aprimoramento e desenvolvimento de novas soluções para o mercado, incluindo soluções em Sinistros. A área de vendas passou a agregar uma única diretoria que concentra todos os canais de venda da seguradora, Corretores e Canais Massificados (entre eles Afinidades e Licitações), além da área de subscrição, garantindo maior alinhamento e agilidade a atendimento de demandas.

Até 31 de dezembro de 2017, a Seguros SURA atingiu R\$ 589 milhões em prêmios emitidos e R\$ 657 milhões em prêmios ganhos. As vendas através do canal corretor representam 70% do total de prêmios emitidos, e o canal de massificados foi responsável por 30% do total de prêmios emitidos em 2017.

As soluções para o segmento de Transportes e as soluções distribuídas pelos canais de Afinidades foram as mais representativas em volume de prêmios da Seguradora no período.

A carteira de Transportes apresentou um crescimento de aproximadamente 43% em prêmios emitidos brutos, em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesta carteira a Seguros SURA se posiciona como uma das principais seguradoras do mercado brasileiro, principalmente no seguro para Embarcadores (Nacional e Internacional), considerando prêmio emitido, e é uma das líderes de mercado com inovações, processos operacionais e sempre com uma proposta de valor bem posicionada, equipe especializada em sinistros complexos, amplas coberturas para transportes em viagem nacional e internacional e excelência no gerenciamento de riscos.

As soluções comercializadas pelos canais de Afinidades atingiram R\$ 177 milhões em prêmios retidos no ano de 2017, o que representou 34% do total de prêmios retidos da seguradora e mantendo importante relevância no segmento de seguros massificados. Ao longo do ano de 2017, além da manutenção das parcerias vigentes, novas importantes conquistas foram firmadas remetendo a importantes investimentos na cadeia de serviços voltados aos parceiros e consumidores. Um dos destaques nessa melhoria de serviços

voltado ao cliente foi o Portal do Segurado, uma plataforma online que oferece aos consumidores acesso direto e rápido a todas as informações do seu contrato de seguro ou mesmo envio de documentos de sinistro de forma eletrônica, além de novas funcionalidades que melhoram a relação com nossos representantes e parceiros permitindo uma melhor performance nos serviços prestados.

O ramo de Frotas de Automóveis, apresentou crescimento de 13,6% em prêmios emitidos brutos, comparação com o ano anterior. O resultado positivo neste segmento é reflexo de um produto diferenciado, uma apura política de subscrição, ampla variedade de assistências e de redes credenciadas, atendimento ágil e equipe com profissionais altamente especializados que entendem e priorizam as necessidades dos clientes.

No ramo de seguros Patrimoniais, a Seguros SURA mantém investimentos em tecnologia modernizando a ferramenta de cotação online dos seguros Empresarial e Residencial com foco em pequenas e médias empresas. A Companhia vem desenvolvendo novas soluções em seguros e serviços de assistências específicos para diferentes segmentos dos setores do Comércio e de Serviços.

A carteira de Seguros de Pessoas, Vida em Grupo e Acidentes Pessoais, teve um incremento de 67% em prêmios emitidos com foco no segmento de pequenas e médias empresas e nichos de mercado que necessitam de soluções personalizadas. A empresa aposta e investe de forma significativa na capacitação dos profissionais que atuam nessa solução e na criação de soluções completas para poder atender os mais diversos segmentos do mercado, tendo como diferencial a diversificação da carteira e fidelização de seus clientes.

Indo em linha ao desenvolvimento de soluções para aumento do valor aos clientes, foi lançado em outubro de 2017 a nova Solução de Responsabilidade Civil Geral, aumentando assim a competitividade da Companhia e entrega de valor aos clientes de empresas de diversos segmentos.

Em 2017, a área de Sinistros da Seguros SURA passou a integrar a diretoria de Soluções e a participar ativamente em negociações para desenvolvimento de propostas de valor mais adequadas às necessidades de clientes e parceiros. A Companhia segue com investimentos em melhorias sistêmicas e de processos a fim de proporcionar maior agilidade no atendimento aos clientes e parceiros, demonstrando visão de negócios e foco em resultados, além de constante capacitação de profissionais de clientes e parceiros.

Em Operações, mantiveram os esforços para melhorar a eficiência e a qualidade dos processos da Companhia, em especial faturamento de Transportes. A operação dos produtos de Vida continua sendo um diferencial na Seguros SURA e os investimentos da plataforma tecnológica foram intensificados para melhorar ainda mais o nível dos serviços prestados em todas as esferas da Companhia. A gestão mais próxima dos fornecedores contribuiu para manter os níveis de qualidade dos serviços de assistência, principalmente nos produtos de Frota. O foco continua sendo em manter um excelente nível de satisfação dos clientes e parceiros.

A área de Tecnologia de Informação da Seguros SURA continua em constante evolução, seguindo a estratégia do grupo, onde o uso de novas tecnologias, busca por inovações focadas na melhoria da experiência de clientes e consequentemente aproximando cada vez mais do negócio (Tecnologia de Negócio). Com base nisso foram realizadas mudanças no modelo de desenvolvimento onde a sustentação de atividades de dia-dia passou a ser realizada por empresas terceiras garantindo à equipe interna o foco em novos desenvolvimentos agregando ainda mais valor nas entregas de soluções para as diversas necessidades da companhia.

Foram disponibilizadas cotadores WEB para as soluções de Empresarial e Residencial dando mais agilidade aos corretores com funções de cotação, emissão, renovação, endosso e geração de boletos direto na "ponta".

Em relação à melhoria operacional no controle de faturamento de Transportes, foi criada uma aplicação web onde os registros de todos os faturamentos que deverão ser emitidos/faturados no mês corrente passam a ser automáticos, garantindo maior controle do prêmio emitido e gerando maior controle dos prêmios pendentes para a companhia.

Em Segurança da Informação, a Seguros SURA continuou passando por frequentes auditorias da ISO 27001, obtendo bons níveis de aprovação.

Alinhada com as estruturas de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos, a Seguros SURA se mantém com foco na continuidade das operações transparentes, com sistemas de controles eficientes, além de oferecer um ambiente seguro para os clientes e parceiros, reforçando, assim, a aderência às leis, à regulamentação dos órgãos reguladores de seguros, às políticas internas, às boas práticas do mercado, e em conformidade com o nível de governança exigido pelo Grupo SURA.

O treinamento dos colaboradores também foi intensificado, com o objetivo de prepará-los para oferecer aos clientes uma análise de riscos ampla e criteriosa e proporcionar um completo entendimento do posicionamento da Seguros SURA, além de capacitar os líderes no desenvolvimento da gestão executiva. A capacitação dos profissionais é realizada através da Academia do Conhecimento, iniciativa que conta com diferentes opções de treinamento, tais como desenvolvimento do conhecimento do setor de seguros, de habilidades e de liderança, além do desenvolvimento específico de estagiários e aprendizes e uma iniciativa voltada à multiplicação interna de conhecimento.

Na área de Marketing, como parte do plano de posicionamento de marca, foram realizadas diversas ações com parceiros e clientes, como eventos diferenciados para divulgar e posicionar a Seguros SURA no mercado, além de atividades com foco em relacionamentos com os principais parceiros da empresa, e estruturação de novos canais de comunicação com o mercado, como a entrada da companhia nas Redes Sociais para melhorar a comunicação com diversos públicos, além de garantir uma exposição de marca mais abrangente e alinhada. Como parte da estratégia de Marketing e geração de novos negócios, foi realizada a revisão de todos os materiais de divulgação da empresa, suas soluções e serviços, o site institucional, além das comunicações aos parceiros sobre todas as mudanças e melhorias, contribuindo para o aumento do valor percebido pela marca.

Ainda disso, com foco em engajar e reconhecer o canal de vendas, foi desenvolvido um projeto de semelhança de corretores com histórico de negócios com a companhia e a criação de um plano de desenvolvimento e capacitação desce parceiros, com o objetivo de melhorar a sustentabilidade dos negócios. Do ponto de vista financeiro, a política de distribuição de lucros e dividendos leva em consideração os resultados auferidos pela Seguradora, obedecendo às regras previstas na atual legislação.

Agradecemos aos corretores parceiros, clientes, fornecedores, resseguradores, SUSEP e aos órgãos reguladores brasileiros pelo apoio e pela confiança depositada na Seguros SURA Brasil. A nossa equipe de colaboradores, nossos sinceros agradecimentos pela garra e pelo comprometimento demonstrado na realização e na manutenção dos negócios, que são a base para continuarmos nosso crescimento no país com confiança no futuro.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para outros esclarecimentos que entenderem necessários.

A Administração

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

		Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Varições emitidas			589.115	631.456
Prêmios ganhos			67.435	(54.678)
Sinistros ocorridos			656.550	576.778
Custos de aquisição			(308.679)	(271.689)
Outras receitas e despesas operacionais			(13.985)	(7.581)
Resultado do resseguro			(6.973)	(10.183)
Despesa com resseguro			61.041	60.429
Despesas administrativas			(128.233)	(150.009)
Despesas com tributos			(11.247)	(15.295)
Resultado financeiro			45.093	1.852
Resultado operacional			8.240	(70.176)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes			8.332	(70.086)
Resultado antes dos impostos			(2.386)	(13.112)
Imposto de renda			(1.749)	(10.140)
Contribuição social			4.197	(46.834)
Lucro (prejuízo) no exercício			19.215.923	19.215.923
Quantidade de ações			0,22	(2,44)
Prejuízo por ação				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

		Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) no exercício			4.197	(46.834)
Ajustes com títulos e valores mobiliários			498	10.201
Efeitos tributários sobre resultado abrangente			(224)	(4.589)
Resultados abrangentes no exercício			4.471	(42.222)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) no exercício	4.197	(46.834)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	12.871	14.594
Perda na alienação de investimento, imobilizado e intangível	1.260	—
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	558	(9.365)
Prejuízo ajustado	18.886	(41.605)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	33.165	2.344
Ajustes com títulos e valores mobiliários	274	5.612
Créditos das operações de seguros e resseguros	26.932	11.032
Ativos de resseguro	(18.164)	(12.496)
Títulos e créditos a receber	(5.474)	(11.945)
Custos de aquisição diferidos	19.702	(26.830)
Despesas antecipadas	(49)	—
Outros ativos	(4.248)	427
Outras contas a pagar	(5.565)	(952)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.419)	(421)
Depósitos de terceiros	1.244	(712)
Provisões técnicas - seguros	(63.755)	70.078
Provisões judiciais	(15.500)	96
Caixa Consumido nas Atividades Operacionais	5.160	(5.372)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:		
Imobilizado	281	392
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(384)	(1.040)
Intangível	(5.043)	(11.186)
Caixa Consumido nas Atividades de Investimento	(5.146)	(11.834)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	—	11.836
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	—	—
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	—	11.836
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	14	(5.370)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.255	11.945
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.269	6.575
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico e conforme apropriado, somente se o benefício econômico associado à base itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é exaustido. Demais itens são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.8. **Repars e manutenções** são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os saldos do intangível referem-se a:

- Desenvolvimento de sistemas reconhecido como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados são deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.
- Outros ativos intangíveis referem-se a investimentos efetuados com canais de distribuição de terceiros para fins de negociação do produto de seguro de afinidade, sendo demonstrado pelo custo, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear ou da forma em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos através do prêmio ganho realizado pelo canal.

Mensalmente a seguradora acompanha a evolução dos canais para certificar que a produção real está em conformidade com o plano de negócio, bem como análise dos canais para identificação de possível redução de valor recuperável de ativos.

Intangível

Despesas de desenvolvimento de sistemas (software)

3.9. **Direito de uso de bases de clientes de terceiros** (produto de seguro "Affinity")

5 anos

5 anos

3.9. **Provisões técnicas de seguros e resseguros**

- Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, a PPNG tem por objetivo garantir a cobertura dos sinistros e das despesas a ocorrer durante a vigência dos riscos assumidos, com base no valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de coseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de coseguro cedido. Para os riscos vigentes e já emitidos na data-base, é constituída a PPNG-RVE, cuja apuração deve ser feita à base "pró-rata die", considerando a data-base do cálculo e as datas de início e fim de vigência dos respectivos riscos. Já para os riscos vigentes mas não emitidos até a data-base, é constituída a PPNG-RVNE (PPNG para Riscos Vigentes mas Não Emitidos), apurada conforme metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial.

- Sinistros a liquidar - PSL e ajustes de IBNeR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, a PSL tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros avisados e registrados pela companhia até a data-base de apuração, incluindo as operações de coseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de coseguro cedido. Adicionalmente a companhia possui uma política de sinistros que objetiva garantir a efetividade dos riscos gerenciados, abordando os sinistros e respectivos salvados e ressarcidos. Com base na experiência da companhia, é necessário ajustar o Ajuste IBNeR, que corresponde às variações que os sinistros provisionados em PSL sofreram ao longo do processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. A apuração do IBNeR é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial.

- Provisão de Despesas Relacionadas - PDR

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, a PDR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes às despesas de regulação de sinistros, estejam eles ainda pendentes de pagamento (sinistros provisionados em PSL) ou ainda não registrados (sinistros provisionados em IBNeR). A PDR é portanto apurada de forma segregada, como parte da PSL, do Ajuste IBNeR e do IBNR, com base nas metodologias estabelecidas nas respectivas Notas Técnicas Atuariais.

Teste de Adequação de Passivos - TAP e a Provisão Complementar de Carteira - PCC

Conforme determinam a Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015, e requerido pelo CPC 11, o TAP deve ser realizado semestralmente para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos de certificados de seguros vigentes na data de sua elaboração, utilizando métodos estatísticos e atuais com base em considerações realistas. Os contratos vigentes foram segmentados por regime financeiro, tipos de produtos (Seguro de Danos e Seguro de Pessoas) e prêmios registrados e não registrados, tendo sido aplicada compensação entre débitos e superávits dentro de cada segmentação. Em caso de déficit em qualquer segmentação, será constituída a PCC pelo valor do déficit. Os fluxos de caixa projetados dos sinistros a ocorrer e as despesas administrativas e relacionadas aos sinistros. As principais premissas utilizadas são:

- Estrutura a termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP, para a data-base do teste, para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa projetados.
- Melhor estimativa de sinistralidade da série histórica observando-se períodos compreendidos entre os 12 meses anteriores à data-base, para a projeção dos sinistros a ocorrer.
- Despesas administrativas estimadas para manutenção dos contratos vigentes até o fim de vigência, excluindo, portanto, as despesas para desenvolvimento de novos negócios.
- Fluxos de caixa projetados brutos de resseguro.

Os procedimentos e premissas adotados estão registrados no Relatório do Teste de Adequação de Passivos, elaborado e assinado pelo Atuarial Técnico.

Em 31 de dezembro de 2017, o TAP não gerou necessidade de constituição de PCC.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015

BALANÇO PATRIMONIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

		Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				
Circulante			589.762	702.707
Disponível			6.269	6.255
Caixa e bancos			6.269	6.255
Aplicações			157.493	238.034
Créditos das operações com seguros e resseguros			203.643	228.331
Prêmios a receber			195.653	212.945
Operações com seguradoras			5.666	3.704
Operações com resseguradoras			2.324	11.682
Ativos de resseguro - provisões técnicas			155.914	138.826
Títulos e créditos a receber			1.437	3.224
Títulos e créditos a receber			—	1.359
Créditos tributários e previdenciários			1.155	862
Outros créditos			282	1.003
Outros valores e bens			10.830	7.228
Bens à venda			7.331	3.665
Outros valores			3.499	3.663
Empréstimos e depósitos compulsórios			356	323
Despesas antecipadas			49	—
Custos de aquisição diferidas			53.771	80.386
Seguros			53.771	80.386
Ativo não circulante			515.146	463.594
Realizável a longo prazo			490.299	429.762
Aplicações			149.194	101.817
Créditos das operações com seguros e resseguros			9/5.6	5.084
Prêmios a receber			2.281	5.084
Ativos de resseguro - provisões técnicas			10	1.049
Títulos e créditos a receber			325.346	318.084
Créditos tributários e previdenciários			11.1.1	96.125
Depósitos judiciais e fiscais			19/5.6	234.486
Empréstimos e depósitos compulsórios			1.311	600
Custos de aquisição diferidas			10.041	3.128
Seguros			17.1.1	10.041
Imobilizado			13	5.613
Imóveis de uso próprio			72	7.533
Bens móveis			4.300	5.622
Outras imobilizações			1.241	1.838
Intangível			14	19.234
Outros intangíveis			19.234	26.299
Total do ativo			1.104.908	1.166.301
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

		Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Passivo				
Circulante			520.518	571.768
Contas a pagar			5.6	57.930
Obrigações a pagar			15	25.857
Impostos e encargos sociais a recolher			15	13.938
Empargos trabalhistas			—	5.119
Encargos e contribuições			—	1.800
Outras contas a pagar			—	1.314
Débitos de operações com seguros e resseguros			5.6	88.804
Prêmios a restituir			—	440
Operações com seguradoras			—	6.037
Operações com resseguradoras			16.1.1	38.069
Corretores de seguros e resseguros			16.1.1	45.759
Outros débitos operacionais			—	3.993
Depósitos de terceiros			16.1.1/5.6	6.777
Provisões técnicas - seguros e resseguros			17.1.1	367.007
Danos			—	352.078
Pessoas			—	14.929
Passivo não circulante			358.541	373.155
Outras obrigações a pagar			15/5.6	10.964
Provisões técnicas - seguros e resseguros			17.1.1	129.679
Danos			—	123.852
Pessoas			—	5.827
Outros débitos			19	217.898
Provisões judiciais			5.6	217.898
Patrimônio líquido			20	225.849
Capital social			—	231.209
Aumento de capital (em aprovação)			—	11.836
Ajuste de avaliação (aprovado)			282	8
Prejuízos acumulados			(5.642)	(9.839)

Total do passivo e patrimônio líquido

1.104.908

1.166.301

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		219.373		5.763	31.232		250.764
Aumento de capital (AGE 25/11/2016)	19 a.		11.836				11.836
Títulos e valores mobiliários					5.612		5.612
Prejuízo do exercício						(46.834)	(46.834)
Absorção do prejuízo pela reserva de lucros	19 c.					31.232	31.232
Absorção do prejuízo pela reserva legal	19 b.			(5.763)		5.763	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		219.373				8	221.378
Aprovação aumento de capital AGE de 25/11/2016 (Portaria SUSEP nº 306/2017)	19 a.		11.836				11.836
Títulos e valores mobiliários					27		27
Outros créditos							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		231.209					231.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

o de dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, e voltará para alíquota de 15% a partir de 2019, conforme Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. A seguradora registra a redução ao valor recuperável referente a crédito tributário de acordo com a expectativa de realização baseado no plano de negócio elaborado anualmente pela administração.

- 3.11. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)**
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma:
- Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
 - Provisões judiciais - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e remotas pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e perda provável, conforme o pronunciamento técnico CPC 25. As provisões judiciais relacionadas a Sinistro a Liquidar são avaliadas para provisão de perda de acordo com a política da seguradora, independente do pronunciamento técnico CPC 25, reconhece contabilmente 100% para perda provável, 65% perda provável e 15% perda remota do valor em risco, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
 - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente;

- 3.12. Apuração do resultado**
- O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:
- O reconhecimento dos prêmios emitidos de liderança, dos prêmios de cosseguro aceito e das cessões em cosseguros, no resultado, deduzidos de cancelamentos e restituições, ocorre quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. E são apropriados, em bases mensais, no decorrer do prazo de vigência das apólices;
 - Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como “receitas financeiras” em base “pro rata” dia, ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios;
 - As despesas da seguradora são reconhecidas pelo regime de competência.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação do valor justo das aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 8);
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota Explicativa nº 11b);
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) (Nota Explicativa nº 14);
- Provisões judiciais (Nota Explicativa nº 19);
- Provisões técnicas e custos de aquisição diferida (Nota Explicativa nº 17);
- Perda de valor recuperável sobre operações com seguradoras (Nota Explicativa nº 9);
- Redução de valor recuperável de crédito tributário (Nota Explicativa nº 11).

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da Seguradora tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração estabeleceu o Comitê de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Seguradora. O Comitê reporta regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Seguradora está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Seguradora. A Seguradora, através de suas normas e procedimentos de treinamento e conscientização, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham compreensão de suas atribuições e obrigações.

A área de Risco do Grupo supervisiona como a administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Seguradora está exposta.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguros (subscrição), operacional, legal, mercado, crédito e de liquidez.

5.1. Risco de seguros (subscrição)

Definição de contrato de seguros

De acordo com o CPC 11, contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a Seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente o segurado.

Risco de seguro significativo define-se como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta são a precificação, a aceitação e o gerenciamento de risco de seus clientes. Ao aceitar riscos, a Seguradora se compromete com o pagamento de sinistros e, portanto, esses riscos devem ser entendidos e controlados. Os fatores críticos para o gerenciamento do negócio são: uma subscrição disciplinada, avaliação abrangente dos riscos, processo estruturado de gerenciamento de riscos, precificação e controle de exposição. A Seguradora gerencia esses riscos através da sua estratégia de subscrição, reduzindo sua exposição através de contratos de resseguro e cosseguro. Para as carteiras de propriedade, engenharia (*run-off*) e automóvel existe uma gestão preventiva de análise dos riscos, já para a carteira de transporte existe a administração preventiva de sinistros através de recursos tecnológicos e escolha da carga segura transportada.

A estratégia de subscrição busca assegurar que os riscos assumidos estão diversificados em termos de tipo, montante de riscos, indústria e geografia. A precificação de seguros geralmente se baseia no histórico de frequências e severidade média dos sinistros, ajustados pela inflação e tendências futuras a fim de reconhecer antecipadamente as mudanças nos padrões de sinistros. Como as liquidações de sinistros continuam sendo o principal custo da Seguradora, ela cria subsídios nos procedimentos de precificação para despesas de aquisição, despesas de administração, custo de resseguro que cubram adequadamente o custo do capital de exposição aos riscos. Os contratos de resseguros são também classificados como “Contratos de Seguro”, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de seguros por meio de cosseguros e resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos, como mencionado acima. Contratos de resseguro existentes incluem cláusulas de excesso de danos, limite de perdas e cobertura de catástrofes. O efeito de tais negócios de resseguro e cosseguro é que a Seguradora não sofre as perdas totais e as liquidações dos sinistros limitando-se à parcela do risco retido. A Seguradora está exposta a riscos de crédito relacionados a seus contratos de resseguros e a recuperação de sinistros de resseguros em decorrência destes contratos, devido à possibilidade de restrição da capacidade financeira, inadimplência e descumprimento de contratos. Com o objetivo de mitigar este risco na seleção dos resseguradores, com os quais a Seguradora opera, a estratégia é buscar resseguradores com a melhor combinação de solidez financeira, preço e capacidade técnica.

A Seguradora permanece responsável como Seguradora direta de todos os riscos ressegurados, apesar da resseguradora ficar responsável pela extensão do risco cedido. Os produtos e suas respectivas coberturas são previamente autorizados pelo órgão regulador (SUSEP). **Concentração de riscos dos contratos de seguro** A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades são determinadas com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

31/12/2017					
	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/ Norte	Total	%
Modalidade					
Transportes	170.587	15.761	3.725	190.073	32%
Patrimonial	176.412	3.687	242	180.341	31%
Automóvel	126.734	6.710	3.267	136.711	23%
Pessoas	74.500	5.848	1.642	81.990	14%
	548.233	32.006	8.876	589.115	100%
31/12/2016					
	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/Norte	Total	%
Modalidade					
Transportes	126.626	13.159	2.734	142.519	23%
Patrimonial	301.619	5.913	337	307.869	49%
Automóvel	107.412	6.832	4.569	118.813	19%
Pessoas	57.717	3.247	1.291	62.255	10%
	593.374	29.151	8.931	631.456	100%
31/12/2017					
	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/Norte	Total	%
Modalidade					
Transportes	142.086	15.548	3.617	161.251	31%
Patrimonial	149.144	81	177	149.402	29%
Automóvel	119.430	6.605	3.232	129.267	25%
Pessoas	74.053	5.799	1.629	81.481	16%
	484.713	28.033	8.655	521.401	100%
31/12/2016					
	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste/Norte	Total	%
Modalidade					
Transportes	90.534	10.512	2.570	103.616	18%
Patrimonial	274.940	2.455	220	277.615	49%
Automóvel	106.610	6.735	4.527	117.872	21%
Pessoas	57.205	3.248	1.288	61.741	11%
	529.289	22.950	8.605	560.844	100%

A exposição aos riscos varia por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

5.2. Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer empresa. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores para implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas e impactos sociais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com sua disposição ao risco. Estas ferramentas incluem auto avaliação de riscos, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência tecnológica, incluindo gestão de incidentes e planos de continuidade de negócios.

5.3. Risco legal

No curso normal de suas atividades, a Seguradora é envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, principalmente aquelas relacionadas ao pagamento de sinistros.

O desfecho dessas questões legais/judiciais se altera ao longo do tempo, e consequentemente, o montante das obrigações da Seguradora também se altera, podendo assim afetar negativamente o resultado da Seguradora.

A Seguradora por meio de seu departamento jurídico acompanha periodicamente o andamento de suas ações judiciais de forma a mitigar os riscos legais/judiciais e reduzir eventuais desembolsos financeiros.

5.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que haja alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os resultados da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxas de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Seguradora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que podem trazer impactos ao valor presente do portfólio investido.

A seguradora possui contrato de gestão de investimento com instituição financeira, o qual leva em consideração diversos aspectos, tais como: oportunidades de investimentos, limites de investimentos e aspectos de liquidez.

A Seguradora, em 31 de dezembro de 2017, possui 51% de Cotas de fundos de investimentos (2% em 2016) e 49% de títulos disponíveis para venda (98% em 2016), sendo 5% em Letras Financeiras do Tesouro e 44% em Letras Financeiras (50% de NTN, 44% LFT e 4% Letras Financeiras em 2016).

A Seguradora contabiliza os seus ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado ou disponível para venda.

O principal objetivo da estratégia de investimento da Seguradora é maximizar o retorno dos investimentos para principalmente manter os ativos garantidores em montante suficiente para cobertura das provisões de sinistros e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por instituição financeira externa. Todos os investimentos novos ou replicações são avaliados individualmente e submetida à aprovação da Administração.

Taxas de câmbio de operações em moeda estrangeira

Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e os passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

5.5. Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos similares às aplicações financeiras junto às instituições financeiras e dos créditos a receber de seguros emitidos em resseguros/cosseguros cedidos.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras a política adotada pela Administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais se podem operar os limites

de alocação de recursos e os objetivos.

A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre “AAA” até “BB”, ou seja, bancos que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança.

A tabela a seguir demonstra os saldos da exposição de risco de crédito por “Rating” de crédito das agências para as aplicações financeiras:

31/12/2017			
Rating de crédito			
BB-	B	Sem rating	Saldo total
156.286	–	–	156.286
150.401	–	–	150.401
306.687	–	–	306.687
31/12/2016			
Rating de crédito			
BB	B	Sem rating	Saldo total
–	6.196	231	6.427
318.392	15.032	–	333.424
318.392	21.228	231	339.851

Fonte: https://www.standardandpoors.com/en_US/web/guest/home

A Seguradora não possui derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e não realizou durante os respectivos exercícios operações com derivativos.

Com relação ao risco de recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação.

A Seguradora registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a “Prêmios a receber”.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição estimada ao risco de crédito para “Prêmios a receber” está demonstrada na Nota Explicativa nº 9.

Na avaliação da Seguradora os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises dos principais clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes, quando disponível.

31 de Dezembro de 2017					
A vencer					
Total	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Sem vencimento determinado
Ativo					
Caixa e bancos	6.269	6.269	–	–	–
Aplicações	306.687	1.207	–	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	205.924	142.446	19.098	14.417	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	–
Ativos de resseguro	118.215	–	–	–	–
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	–
Outros valores e bens - bens à venda	7.331	–	–	–	–
Empréstimos e depósitos compulsórios	1.667	–	–	–	–
Depósitos judiciais e fiscais	234.486	–	–	–	–
Total Ativo	880.579	149.922	19.098	14.417	–
Passivo					
Contas a pagar	68.894	27.075	8.055	9.927	–
Debitos de operações com seguros e resseguros	88.804	8.716	24.658	3.420	–
Depósitos de terceiros	6.777	–	–	–	–
Provisões de sinistros a liquidar e PDR	271.974	–	–	–	–
Provisões judiciais	217.898	–	–	–	–
Total Passivo	654.347	35.791	32.713	13.347	–

(*) Para fins de fluxo de caixa o valor de aplicações, embora tenha vencimento superior a 12 meses, vem sendo como os juros semestrais recebidos dos títulos públicos NTN-F têm sido replicados em títulos públicos LFT.

5.7. Risco regulatório e de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos “capital regulatório” e “capital econômico” segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Nos termos da Resolução CNSP nº 343/2016, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ou maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

31/12/2017					
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Patrimônio líquido	225.849	221.378			
Ajustes contábeis	(64.202)	(60.780)			
Despesas antecipadas	(49)	–			
Créditos tributários	(46.648)	(39.399)			
Ativos intangíveis	(19.234)	(26.299)			
Menor valor entre 50% referente a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	1.730	4.918			
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - sub-total	161.647	160.598			
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	161.647	106.598			
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - total	102.210	112.453			
Margem de solvência (I)	15.000	15.000			
Capital base (II)	123.373	115.797			
Capital de risco (III)	102.376	101.098			
Capital adicional - Risco de subscrição	17.030	17.398			
Capital adicional - Risco de crédito	4.061	3.607			
Capital adicional - Risco operacional	21.261	4.753			
Capital adicional - Risco de mercado	(21.353)	(11.059)			
Efeito da correlação entre os riscos	123.373	115.797			
Capital Mínimo Requerido - CMR (maior entre (I), (II) e (III))	38.274	44.801			
Suficiência de capital	31%	39%			
Suficiência de capital %	73.538	43.011			
Suficiência de ativos garantidores	24.675	23.159			
20% do Capital Mínimo Requerido - CMR	48.862	19.852			
(=) Liquidez em relação ao CMR	38.274	44.801			
“A” suficiência mínima de ativos líquidos requerida pela Resolução CNSP 343/2016 é de 20% do capital de risco reduzido ao supervit de fluxo de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas, que equivale a R\$ 25.513. Em 31 de dezembro de 2017 a suficiência apurada é de R\$ 8.541 (Nota Explicativa nº 17).”					

5.8. Análise de sensibilidade

Sensibilidade a riscos de seguros - sinistralidade (risco de seguros)

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo.

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR), sendo complementada pelo IBNR. O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício (bruto do efeito de impostos), caso a sinistralidade varie em 1pp ponto percentual em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:

sinistralidade (diminuição ou aumento) em função da ocorrência de sinistros não previstos no prêmio ganho e o efeito de tais sinistros sobre o resultado do exercício. A análise de sensibilidade da sinistralidade em função da ocorrência de sinistros não previstos no prêmio ganho e o efeito de tais sinistros sobre o resultado do exercício foi realizada com base no custo estimado de sinistro incorrido no exercício de 2017, considerando o efeito de tais sinistros sobre a Projeção de Sinistros. Os dados são apresentados na tabela abaixo, considerando o efeito de tais sinistros sobre a Projeção de Sinistros. Os dados são apresentados na tabela abaixo, considerando o efeito de tais sinistros sobre a Projeção de Sinistros. Os dados são apresentados na tabela abaixo, considerando o efeito de tais sinistros sobre a Projeção de Sinistros.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício (bruto do efeito de impostos), caso a sinistralidade varie em 1pp ponto percentual em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) Circulante
Referem-se a impostos e contribuições a compensar, impostos e contribuições antecipados no exercício, e tributos retidos na fonte, no montante de R\$ 1.155 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2016).

b) Realizável a longo prazo
Referem-se aos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias no montante de R\$ 84.299 (dezembro 2016 - R\$ 88.659). Adicionalmente, a Seguradora constitui créditos tributários de PIS e COFINS, no montante de R\$ 6.561 (dezembro 2016 - R\$ 7.467), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

31/12/2017			31/12/2016		
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	56.344	32.315	88.659	45.413	23.473
(+) Constituição de créditos	26.860	21.417	48.277	16.560	13.223
(-) Realização de créditos	23	160	183	(5.629)	(4.381)
(-) Redução valor recuperável (29.394)	(23.426)	(52.820)	—	—	—
Saldo final	53.833	30.466	84.299	56.344	32.315
88.659					

d) Composição dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido:

31/12/2017			31/12/2016		
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Provisões judiciais	54.475	33.452	87.927	32.378	15.709
Provisões de participações nos lucros	913	620	1.533	1.163	820
Outros	1	(28)	(27)	(28)	(27)
Provisão para riscos de crédito	2.826	1.394	4.220	1.916	666
Prejuízo fiscal/base negativa	26.780	19.868	46.648	22.757	16.643
MTM	(128)	(102)	(230)	(3)	(6)
PIS/COFINS diferido	(1.640)	(1.312)	(2.952)	(1.868)	(1.492)
(-) Redução valor recuperável (29.394)	(23.426)	(52.820)	—	—	—
Total	53.833	30.466	84.299	56.344	32.315
88.659					

(*) A administração da seguradora optou em 2017 a constituir redução de valor recuperável dos créditos tributários de prejuízo fiscal/base negativa e os temporais de imposto de renda e contribuição social diferidos, devido a não expectativa de realização dos respectivos créditos para os anos 2018 e 2019.

Expectativa de realização dos créditos tributários

As diferenças temporárias referem-se, basicamente, a provisões que serão dedutíveis quando os ativos e passivos que as motivaram atingirem as condições legais de dedutibilidade. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada nos resultados futuros que a seguradora estima de acordo com os planejamentos estratégicos estabelecidos.

	IRPJ	CSLL	TOTAL
2018	—	—	—
2019	—	—	—
2020	1.001	601	1.602
2021	2.416	1.450	3.866
2022	4.127	2.476	6.603
2023 a 2027	46.289	25.939	72.228
Total	53.833	30.466	84.299

Em decorrência da mudança de controlador da Seguradora mencionado na Nota 1, a administração considerou esse cenário em suas premissas de lucros futuros acima demonstrados, contudo, ao longo de 2018 continuará monitorando o comportamento dos negócios frente à realização dos créditos ora constituídos.

12. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens à venda

A composição por idade do saldo de salvados está demonstrada a seguir:

31/12/2017					31/12/2016	
Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total	Total
Transportes	321	1.608	1.328	1.417	4.674	1.195
Automóveis	252	520	1.180	703	2.655	2.443
Patrimoniais	—	—	—	2	2	10
Outros	—	—	—	—	—	17
Total	573	2.128	2.508	2.122	7.331	3.665

b) Outros valores

A composição do valor de R\$ 3.499 em dezembro de 2017 (R\$ 3.663 em dezembro de 2016) é referente a produtos eletrônicos de seguro de afinidade. Estes bens têm como finalidade a reposição de bens quando avisado pelo segurado e realizado quando efetuado a baixa do sinistro envolvido.

13. IMOBILIZADO

a) Composição

31/12/2017			31/12/2016		
Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Edificações	11	(6)	5	11	(6)
Terrenos	67	—	67	—	67
Equipamentos	9.558	(8.265)	1.293	9.990	(8.189)
Móveis, máquinas e utensílios	3.275	(1.238)	2.037	3.574	(1.094)
Veículos	1.757	(786)	971	1.954	(612)
Beneficentia em imóveis de terceiros	3.222	(1.982)	1.240	4.260	(1.838)
Total	17.890	(12.277)	5.613	19.856	(12.323)
7.533					

b) Movimentação dos saldos

Beneficentia em					
Equipamento	imóveis de terceiros	Veículos	Outros	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.722	2.454	1.812	2.870	8.858
Adições	752	1	256	31	1.039
Baixas	(4)	—	(314)	—	(319)
Despesas de depreciação	(668)	(617)	(412)	(349)	(2.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.801	1.838	1.342	2.552	7.533
Adições	113	24	187	60	384
Baixas	(25)	(8)	(188)	(157)	(378)
Despesas de depreciação	(596)	(614)	(370)	(346)	(1.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.293	1.240	971	2.109	5.613

14. INTANGÍVEL

a) Composição

31/12/2017			31/12/2016		
Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
Despesas de desenvolvimento de sistemas e direitos de uso de software, líquidas de amortizações acumuladas	44.142	(28.368)	15.774	16.463	—
Direito de uso de bases de clientes de terceiros para fins de negociação do produto de seguro "Affinity", líquido de amortizações acumuladas	27.752	(24.292)	3.460	9.836	—
Total	71.894	(52.660)	19.234	26.299	—

b) Movimentação dos saldos

Despesas de desenvolvimento de sistemas			Direito de uso de bases de clientes		
31/12/2017	31/12/2016	Total	31/12/2017	31/12/2016	Total
Adições	16.966	16.842	16.966	16.842	—
Baixas	7.598	3.588	11.186	—	—
Despesas de amortização	(4.402)	(8.147)	(12.549)	(1.163)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.463	9.836	26.299	—	—
Adições	4.843	200	5.043	—	—
Baixas	(95)	(768)	(673)	—	—
Despesas de amortização	(5.137)	(5.808)	(10.945)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.774	3.460	19.234	—	—

15. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR E IMPOSTOS A RECOLHER

Abaixo segue a composição das obrigações a pagar e impostos a recolher:

31/12/2017			31/12/2016		
Obrigações prestação de serviços	Participação nos lucros	Dividendos	Honorários/outras	Programa especial de regular. Tributária	Total
16.966	7.702	823	366	10.964	—
Total	36.821	22.818	—	—	—
Impostos retidos (renda e serviços)	2.030	1.532	10.709	11.229	—
Imposto de operações financeiras	1.199	1.423	—	—	—
Contribuições previdenciárias e FGTS	13.938	14.184	—	—	—
Total	17.967	14.149	10.709	11.229	—

(*) Em novembro de 2017 a administração da seguradora optou em aderir ao programa especial de regularização tributária (PERT) referente a um processo judicial fiscal da COFINS, o qual gerou uma obrigação a pagar à Secretaria da Receita Federal (SRF) ao longo de 12 anos.

16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

Ramos de atuação

31/12/2017			31/12/2016		
Automóvel	Outros	Patrimonial	Pessoas	Responsabilidades	Transportes
3.773	61	6.983	25.060	78	9.804
Total	3.773	6.983	25.060	78	9.804

b) Operações com resseguradoras

É composto por prêmio de resseguro líquido de comissão, juntamente com as obrigações a pagar para os resseguradores. Segue a composição das operações com resseguradoras por tipo de resseguro:

Local			Admitido			Eventual			Total		
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Riscos emitidos	29.915	25.010	7.812	10.931	217	217	37.944	36.158	—	—	—
Riscos a liquidar	125	1.279	—	—	—	—	125	1.279	—	—	—
Totais	30.040	26.289	7.812	10.931	217	217	38.069	37.437	—	—	—

c) Depósito de terceiros
Referente a depósito de terceiros, segue abaixo a evolução dos valores:

31/12/2017			31/12/2016		
Até 30 dias	2.165	494	2.165	494	—
De 31 a 60 dias	1.149	1.78	1.149	1.78	—
De 61 a 120 dias	1.617	1.598	1.617	1.598	—
De 121 a 180 dias	649	1.550	649	1.550	—
De 181 a 365 dias	1.123	1.650	1.123	1.650	—
Superior a 365 dias	74	63	74	63	—
Total	6.777	5.533	6.777	5.533	—

17. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a) Composição das provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos

31/12/2017					
Provisões técnicas					
Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total de provisões técnicas
Transportes	7.933	39.890	59.281	4.761	4.963
Automóveis	15.172	38.239	3.388	7.140	125.566
Patrimoniais	37.978	79.849	94.295	4.325	2.934
Responsabilidades	369	2.887	52.095	1.040	2.158
Outros	—	368	12.934	2	6
Pessoas	2.360	4.478	1.530	120	3.240
Total	63.812	204.271	258.338	13.636	20.441
496.688					

b) Movimentação das provisões técnicas

31/12/2016					
Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total de provisões técnicas
Transportes	6.521	37.893	75.167	4.270	8.038
Automóveis	12.784	67.340	26.587	2.064	4.947
Patrimoniais	62.121	160.175	86.080	2.943	2.835
Responsabilidades	390	2.832	49.891	1.171	2.943
Outros	21	429	3.179	2	7
Pessoas	1.677	3.035	14.516	92	4.004
Total	83.514	271.704	255.420	10.542	22.774
560.440					

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, devido à suficiência apurada no teste de adequação de passivo, não houve constituição de provisão complementar de cobertura (PCC).

b) Movimentação das provisões técnicas

31/12/2017					
Custos de aquisição diferidos	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar (*)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total de provisões técnicas
Transportes	56.684	212.849	235.124	7.210	31.004
Automóveis	83.185	270.857	405.287	28.919	27.214
Patrimoniais	(56.355)	(212.002)	(104.574)	(22.609)	(35.444)
Responsabilidades	—	—	(298.167)	(2.978)	—
Outros	—	—	17.750	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56.684	212.849	235.124	7.210	31.004
Constituições	60.694	195.962	391.705	143.079	26.727
Amortizações/reversões	(80.396)	(263.395)	(84.477)	(112.541)	(29.060)
Pagamentos	—	—	(310.902)	(27.444)	—
Atualização e oscilação cambial	—	—	6.592	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2016	83.514	271.704	255.420	10.542	22.774
Constituições	60.694	195.962	391.705	143.079	26.727
Amortizações/reversões	(80.396)	(263.395)	(84.477)	(112.541)	(29.060)
Pagamentos	—	—	(310.902)	(27.444)	—
Atualização e oscilação cambial	—	—	6.592	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.812	204.271	258.338	13.636	20.441

(*) Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R\$110.181 (R\$131.220 em 31 de dezembro de 2016), com a seguinte classificação de risco:

c) Composição e Movimentação de Sinistros a liquidar judicial

31/12/2017					
Risco de perda	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%	Quantidade
Perda provável	463	16.557	16.140	97%	336
Perda possível	1.289	116.245	80.060	69%	924
Perda remota	864	90.725	13.981	15%	648
Total	2.616	223.528	110.181	—	1.908
200.437					

Bruto de resseguro

Anos anteriores		2007	2
-----------------	--	------	---

DIRETORIA			CONTADOR	ATUÁRIA RESPONSÁVEL TÉCNICA
Thomas Kelly Batt Diretor-Presidente	Edgardo Gabriel Bugallo Diretor Técnico	Roberto Chateaubriand Filho Diretor Financeiro	Adriano Baptista de Azevedo CRC 1SP255760/O-7	Karina Miyuki Honma Nita MIBA 1086

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Seguros SURA S.A

São Paulo - SP

CNPJ: 33.065.699/0001-27

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Todavia, essas divergências já são de ciência da Seguradora, a qual já está tomando providências para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.



EY Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

Ricardo Pacheco

MIBA 2.679

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Seguros Sura S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seguros Sura S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguros Sura S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Crédito tributário diferido

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato da Seguradora ter registrado em 31 de dezembro de 2017, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 84.299 mil, conforme divulgado na nota 11b. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributáveis futuros, conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela Administração no novo contexto do controlador, conforme divulgado na nota 1 e nota 11e. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, em decorrência da mudança na prática contábil relacionada ao reconhecimento das provisões legais fiscais e previdenciárias, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-25P034519/O-6

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-15P198827/O-3